

Interincompreensão e polifonia discursivas: os números e o apagamento de direitos humanos no Placar da Vida

Jarbas Vargas Nascimento
Ramon Silva Chaves
Rosângela Carreira

“Todas as coisas são números”
Pitágoras

Introdução

A forma como a pandemia foi tratada no Brasil, durante o governo Bolsonaro, não somente ignorou todas as medidas possíveis tomadas pela OMS mas também corroborou uma política estatal de genocídio e desrespeito à vida naquela ocasião. Fato que demonstra que as atuais denúncias e acusações ao ex-presidente mereceriam uma revisão minuciosa para responsabilizá-lo por inúmeras mortes que poderiam ter sido impedidas, caso agisse de forma mais coerente com o que propunham os especialistas à época.

Nesse sentido, as políticas brasileiras acionadas por bolsonaristas, conservadores e extremistas naquela época agiram, com êxito, no extermínio de grupos vulneráveis, e com desrespeito aos direitos humanos básicos de existência. Este capítulo é uma revisita a apontamentos e análises que fizemos em agosto de 2020, ainda inéditos, cujo teor se atualiza neste momento crucial de julgamento e condenação do ex-presidente por atos antidemocráticos. Consideramos essas ações esquecidas pelas autoridades tão graves quanto as atuais. Além disso, para os propósitos desta edição, julgamos que nossa análise do discurso científico falseado em redes sociais ainda é atual e se mantém em diferentes graus nos grupos e partidos conservadores brasileiros, atitude que permite o não julgamento efetivo do descaso e da responsabilidade civil do governo pelo número de mortos.

Para lidar com uma pandemia, é natural apoiar-se no discurso científico como forma de entendimento da realidade e da proteção aos seres humanos; por isso, dados e análises estatísticas passam a funcionar como argumentos necessários para o equilíbrio da comunidade, e foi dessa forma que esse discurso foi usado pela massa estatal da ocasião. Nessas circunstâncias, este capítulo resgata o passado e dialoga com a atualidade política.

Charaudeau (2020), Maingueneau (2020) e Van Dijk (2020) ressaltaram em *lives* que os números atuam, no discurso político, como elementos de ordem retórica, ultrapassando os limites científicos.

No Brasil, conforme atestaram as principais agências de saúde internacionais,¹ os números de mortos e contaminados são trá-

1 Conforme notícia divulgada pela ONU em março de 2021, a “Organização Pan-Americana da Saúde, Opas, alertou esta terça-feira para a ‘terrível situação no Brasil’ devido à pandemia de covid-19”, situação que se repetiu durante toda a pandemia. Disponível em: <https://news.>

gicos e os procedimentos e notificações, falhos, por isso os dados divulgados geram até hoje dúvidas e discordâncias no processo de leitura. Na verdade, os dados estatísticos no país subverteram a lógica apontada pelos linguistas e funcionaram como estratégias retóricas de desvio de foco e reiteração de posicionamentos radicais e pseudo-opiniões sobre a realidade, reforçando a cisão social que se impôs ao Brasil desde as eleições de 2018.

Em face dessas considerações e dessa realidade, este capítulo analisa a função dos números referentes à covid-19, presentes no *site* do Ministério da Saúde, para verificar como o papel retórico dos números em diálogos extraídos das redes sociais, no painel criado pela Secom, a Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal, e exposto em suas páginas intitulado Placar da Vida, pode refletir a interincompreensão entre enunciadores, que se posicionavam de maneiras diversas diante dos dados estatísticos.

Para tanto, buscamos embasamento teórico-metodológico em Pinheiro e Amossy (2018), sobre a polêmica; em Maingueneau (2008, 2020) sobre interincompreensão, interdiscurso e a covid-19; em Charaudeau (2020, 2008), sobre a compreensão do discurso político; em Bakhtin (1997a, 1997b) e Brait (2005, 2009), sobre a verificação da polifonia, atos de fala e “carnavalização”, e em Mbembe (2020), sobre necropolítica. Trata-se, pois, de um estudo baseado em levantamento bibliográfico, de cunho qualitativo e orientado pela análise do discurso de linha francesa. O objetivo é examinar como a interincompreensão mantém a polêmica e serve de estratégia discursiva desviante na manipulação da população por meio da

un.org/pt/story/2021/03/1745442#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Pan%2DAmericana%20da,%C3%A0%20pandemia%20de%20Covid%2D19. Acesso em: 21 abr. 2021.

adesão a um discurso que cria um quadro enunciativo com aparência científica, mas com dados inconsistentes.

Nas primeiras seções apresentamos a fundamentação teórica dos conceitos supracitados para, em seguida, analisar os números no *site* do Ministério da Saúde e no Placar da Vida da Secom durante a pandemia, com base no qual o *corpus* foi constituído.

A interincompreensão como estratégia discursiva para polêmica

As estratégias discursivas utilizadas na sociedade para acesso e adesão a informações públicas podem ser regidas sob uma aparência de necessidade de compreensão da realidade, mas, de certo modo, todo processo de comunicação surge por uma necessidade de compreensão do/pelo outro. Como a compreensão efetiva não pode ser antecipada, partimos do princípio de que todo processo enunciativo carrega em si uma interincompreensão, cujas lacunas poderão ser preenchidas pela construção de efeito de sentido, que leva à compreensão ou pode gerar embates de diferentes ordens, causando polêmica ou permanência da interincompreensão. Segundo Maingueneau,

*[...] quando o espaço discursivo é considerado como rede de interação, ele define **um processo de interincompreensão** generalizada, a própria condição de possibilidade de posições enunciativas. Para elas, não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de “não compreender” o sentido dos enunciados do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno. (Maingueneau, 2008, grifos do autor)*

Maingueneau (2008) afirma ainda que a intercompreensão gera um desentendimento recíproco. Assim, a busca pelo compreender engloba, em primeira instância, um “não compreender”, e isso se dá no processo de troca entre sujeitos do discurso, uma vez que o conceito de formação discursiva congrega entrelaçamentos (inter)discursivos sócio-históricos e culturalmente demarcados por condições de produção, parte da semântica global. Nesse sentido, compreender é buscar perceber os efeitos de sentido, nessa intersubjetividade.

Maingueneau (2008) enfatiza que os planos textuais, discursivos, históricos e ideológicos devem ser considerados e demarca os seguintes elementos como interessantes para sua análise do discurso jansenista: intertextualidade, vocabulário, temas, estatuto da enunciação, modo de coesão, até chegar à polêmica como interincompreensão. A polêmica como interincompreensão, por sua vez, se dá na tensão entre integração e exclusão semântica; entretanto, não significa somente interposição de antagonismos, mas também de posicionamentos dos enunciadores, que podem reiterar e reforçar o dizer, inclusive para acentuar o procedimento polêmico.

Desse modo, a utilização de dados estatísticos e o embasamento científico pressupõem a inclusão de argumentos em prol da compreensão. Contudo, como veremos na análise, isso não ocorre em todas as realidades e não ocorre no Brasil, pois, além de gerar interincompreensão, causa o apagamento dos sujeitos e de direitos necessários para a sobrevivência em época de pandemia.

Amossy (2017), ao tratar da polêmica em tempos de democracia, salienta que ela está pautada em opiniões antagônicas, associada ao desacordo, manifestando-se na sociedade em forma de dissenso ou polarização. Assim, se pensada como estratégia discursivo-argumentativa,

[...] a primeira marca da polêmica como debate da atualidade é uma oposição de discurso. O antagonismo das opiniões apresentadas no seio de um confronto verbal é sua condição sine qua non. Lembremos que a noção de confrontação designa, de partida, a ação de colocar (dois discursos) em presença e, portanto, em relação, permitindo assim uma apreciação por comparação. (2017, p. 49)

Nessa relação, o discurso polêmico também tem como base a interincompreensão, mas supõe que cada sujeito tente convencer o outro daquilo que compreende, de sua tese, de um contradiscurso antagonista (Agenor, 1983, p. 34 *apud* Amossy, 2017, p. 49). É no entrechoque entre um Eu e um Outro que se configura um quadro cênico polêmico, ou seja, mais uma vez percebemos que é na alteridade que se fundam os efeitos de sentido na interação. Bakhtin (1997a, 1997b), ao analisar o processo de interação, relaciona também os embates entre sujeitos na relação Eu e o Outro e admite que há atos responsivos, ligados diretamente à responsabilidade dos sujeitos pelo dizer e, conseqüentemente, aos atos éticos.

Incongruentemente, os sujeitos, no cenário político brasileiro da atualidade, criam uma encenação polêmica, em ambientes virtuais, por exemplo, e assumem uma ação responsiva, mas nem sempre responsável, rompendo, assim, com a postura ética e reforçando a polêmica e a ideia de diálogo como espaço de tensões.

Entendendo o processo de enunciação como um produto global, a partir da relação entre sujeitos em condições sócio-históricas determinadas, cada ato estabelece uma unidade dialógica, que reflete o momento pelo qual os sujeitos estão passando, pois

[...] o “conteúdo ou sentido do ato/atividade” refere-se ao produto do ato, aquilo que o ato gera; a “experiência atual

e uni-ocorrente” do ato é o processo do ato, que se atualiza (se realiza) numa situação concreta, que não permanece imutável e, portanto, ocorre uma única vez”. (Sobral, 2008, p. 226)

De fato, o estabelecimento de embates por meio de registros e números utilizados como argumentos causa um deslocamento da temática dialógica, atravessado por ideologias políticas que apagam a lógica do dizer por meio de uma cena de enunciação política. Os sujeitos envolvidos colocam a razão e o dizer de um *ethos* aparentemente politizado acima de qualquer lógica e razão, mantendo a polarização, e a tese se dilui pelo discurso político.

Os jogos de linguagem que compõem a encenação, conforme Charaudeau (2008), no discurso político, mesclam *ethos*, *pathos* e *logos*, porque relacionam razão e paixões. O discurso político, por sua vez, para Maingueneau (2008), é um tropismo, porque tem a pretensão de carregar consigo fundamentos sociais e propagar discursos constituintes, agindo, muitas vezes, como também constituinte da sociedade à qual pertence. Talvez seja essa propriedade que reforce nos sujeitos a necessidade de sentir-se dono de um saber político que, de antemão, o leva a negar o posicionamento do outro.

A legitimidade do discurso político consolida identidades; por isso, Charaudeau (2008) observa que esse tipo de discurso não está reservado aos governantes, estando ao alcance de todo sujeito inserido em um aparelho estatal, uma vez que circula na sociedade e garante a representatividade dos grupos e de formações discursivas às quais pertençam. Dessa maneira, para garantir seu lugar social, sujeitos fabricam discursos políticos em diferentes lugares inter-relacionados: o lugar da elaboração de sistemas de pensamento, o lugar dos atos de comunicação em cenas políticas.

A esses lugares do discurso político corresponde o lugar da governança, isto é, da instância política, da opinião – da instância cidadã e da mídia instância midiática (Charaudeau, 2008). Esses lugares do dizer formam parte da constituição de grupos sociais que se sentem legitimados e legitimam-nos, propagando um discurso específico do qual, em muitos momentos, não abrem mão, instituindo posicionamentos quase ditatoriais e estabelecendo na totalidade da ação valores, que negam e bloqueiam o dizer do Outro.

No Brasil em particular, para garantir seu espaço político, bolsonaristas fundamentalistas radicais negam a existência da pandemia, consequentemente, negam o pensamento científico e qualquer estratégia que minimize danos para a sociedade, em termos de saúde ou de sobrevivência; em termos econômicos ou de subsistência. Diante disso, os Outros, antes formados somente por grupos de esquerda, ganham a adesão de grupos que lutam por uma lógica salutar.

Nesses embates contínuos de interincompreensões, direitos humanos fundamentais são esquecidos ou cancelados e os sujeitos tentam apagar a existência do contra-argumento usando de estratégias discursivas que chamaremos de estratégias desviantes, quando a fuga do tema/fato central se dá por meio de qualquer argumento, absurdo ou não.

Maingueneau (2008), ao trazer a questão da polêmica como interincompreensão, analisa o discurso jansenista em contraste com o humanista e considera que há uma espécie de “componente de tradução” do espaço discursivo, cujos semas estabelecem sistemas de restrições que compõem essa interincompreensão no processo de interação. O autor conclui que “cada formação discursiva tem uma maneira própria de interpretar seu Outro” (Maingueneau, 2008, p. 104); não existiria “uma relação polêmica ‘em si’”, já que o sistema jansenista teria como princípio estratégico a dissociação e o Outro (o adversário) a integração. Logo, as características

essenciais de cada um deles formariam parte dos constituintes de uma “Ordem” que é a geradora da contrariedade. Assim, o agente-enunciador de uma posição sempre tem a tendência a integrar e o Outro a dissociar, mesmo que não haja de forma simétrica. Para chegar a essa conclusão, partimos de um quadro analítico em que se contrapõem os posicionamentos e os semas discursivos como na síntese ilustrativa.

Quadro 1

Oposições M1 + vs. M1 –	M2 + Semas obtidos pela operação de harmonização	M2 – Semas obtidos pela operação de contrariedade
Identidade vs. { Mistura Alteridade Unidade vs. Pluralidade Pontualidade vs. Extensão	Comunicação vs. Ruptura “Ordem” vs. “Átomo”	
Consistência vs. Inconsistência Intensidade vs. Fraqueza Estabilidade vs. Instabilidade	Plasticidade vs. Dureza Moderação vs. Excesso Ritmo } vs. Fixidez Desregramento	
Semelhança } vs. Confusão Dessemelhança } [...]	Homologia vs. Isolamento Probabilidade } vs. Restrição Contiguidade } Diversidade vs. Uniformidade “Ordem” vs. Átomo [...]	

Fonte: adaptado de Maingueneau (2008).

Percebemos que o autor, em seu estudo, trabalha com pares binários, mas, por se tratar de uma perspectiva discursiva de aná-

lise, reconhece e comprova que esses elementos carregam uma complexidade maior, na qual a função dos sujeitos no processo de interação intervém na comunicação e denota a interincompreensão por serem enunciadores-agentes e interagentes. Aplicando essa hipótese de análise aos posicionamentos de bolsonaristas ou sujeitos de extrema direita, que chamamos de negacionistas, diante dos números apresentados em relação à covid-19 no Brasil *versus* o posicionamento de sujeitos que aceitam o pensamento científico e os dados apresentados, que chamamos de reacionistas, também percebemos diferentes ordens nesse espaço discursivo.

Por um lado, uma predisposição à negação, à reinvenção dos números e à desintegração da veracidade da informação por questões políticas e religiosas; por outro, (co)enunciadores em posição de aceitação dos números como argumento para análise da situação, associação à realidade política e social. Além da contraposição dos semas, podemos perceber que há, por parte de negacionistas, um deslizamento discursivo, que é o desvio do assunto, que algumas vezes se torna completamente distinto, ou o apagamento do que foi dito. Assim, por adaptação do quadro anterior, inicialmente temos:

Quadro 2 – Pressupostos de análise: números como argumentos x processo enunciativo x sujeitos agentes

Negacionistas (+/-)	Reacionistas (+/-)
Semas obtidos pelas operações	Semas obtidos pelas operações
Deslizamentos e apagamentos discursivos	Espaço de negociações reflexivas

Fonte: elaborado pelos autores.

As características que envolvem o discurso levam-nos a crer que na discussão numérica há o apagamento de sujeitos por re-

corrência e o desrespeito a direitos fundamentais. Assim, são desconsiderados argumentos que revelem possíveis ações sociais e governamentais que impeçam o crescimento do número de contaminações e mortes. De certo modo, os dados estatísticos que poderiam ser usados para favorecer a vida, no cenário brasileiro, são utilizados como argumentos por negacionistas, que não compreendem a necropolítica estabelecida e não compreendem que há, também, o apagamento de direitos humanos fundamentais.

No espaço de negociações discursivas, quando há interincompreensão, os sujeitos apagam não somente a possibilidade de legitimação do dizer do outro, mas também a possibilidade de adesão. Os interlocutores fazem uso de diferentes estratégias discursivas, mantendo-se a interincompreensão entre elas, utilizada por negacionistas. A isso chamamos de deslizamentos discursivos, que se configuram como estratégias criadas para desviar a atenção do outro ou do tópico discursivo, fazendo uso de semas que instituem construções polêmicas, discursos de ódio, de violência, ou, ainda, de recursos semióticos e polifônicos cujas vozes interferem na compreensão e servem para tentar conseguir a adesão daqueles que fazem parte do mesmo grupo, uma vez que a polêmica e a resistência aos sentidos impostos são mantidas.

Direitos humanos e necropolítica – estratégias discursivas e o quadro cênico de quebra de direitos

Entender os princípios dos direitos humanos e a necropolítica significa apreender uma forma particular de analisar o mundo e as relações dos sujeitos em sociedade, mas também significa compreender que garantir direitos deveria ser o princípio básico da civilização. Segundo Sikkin,

[...] os países latino-americanos foram protagonistas da ideia de “direitos humanos internacionais”. Demonstrarei esse argumento ao observar o papel dos Estados latino-americanos na promoção dessas normas internacionais de direitos humanos no período do pós-II Guerra Mundial, em particular, na elaboração da primeira declaração intergovernamental de direitos: a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (“Declaração Americana”), aprovada 8 meses antes da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) ser adotada pela Assembleia Geral da ONU em 10 de dezembro de 1948. A DUDH é geralmente vista como o ponto de partida do regime global de direitos humanos, e a Declaração Americana tem sido amplamente ignorada fora do hemisfério. Embora esse argumento tenha relação com debates sobre América Latina e o “novo regionalismo”, isso vai além, sublinhando contribuições latino-americanas para a ordem normativa e jurídica global, e não apenas em âmbito regional. (Sikkin, 2015, p. 216)

Apesar desse protagonismo latino-americano quanto ao estabelecimento de políticas internacionais para lidar com situações como a morte de soldados e civis na Guerra das Malvinas, por exemplo, ainda há muito a ser estabelecido e muito desconhecimento a respeito de ações universais, para garantia de direitos universais, uma vez que a implementação de legislações comuns esbarra em questões como “a soberania nacional” e as diferentes legislações locais.

Muitos movimentos políticos, entretanto, têm sido organizados para que algo seja feito em prol de políticas públicas e linguísticas internacionais, que garantam isenção e sensibilização das diferentes sociedades para os direitos humanos em variadas situações de risco. No Brasil, nos últimos anos, além desse aspec-

to, a **própria expressão** direitos humanos foi tomada como bandeira política por alguns grupos de extrema direita radical que, por ignorância ou falta de ética, destruíram tais direitos e transformaram-nos em plataforma eleitoral. Além disso, construíram falácias para diminuir seu valor e conseguir a adesão de uma parcela da população que, sem compreender do que se trata, simplesmente associa a expressão a algo ruim por adesão a esse discurso. Assim, a própria expressão já seria mote para análise da polêmica em âmbito do discurso político.

Neste capítulo, porém, nosso interesse é perceber como os números relacionados às mortes por covid-19 revelam interincompreensão e polêmica nas redes sociais, em particular no Placar da Vida. Essa atitude (in)diretamente afeta a destruição de direitos humanos básicos, a ponto de os sujeitos, esquecendo que há na sociedade comunidades vulneráveis, que merecem atenção especial do Estado, transformarem os números até mesmo em piada.

Ao representar a realidade por meio de números, esquece-se a população carente, e as mortes são minimizadas. Entretanto, o foco no discurso dos reacionistas x negacionistas é o embate e a manutenção da interincompreensão. O quadro de análise mostra que o que prevalece é a tentativa de anular qualquer possibilidade de reação discursiva e de não aceitar a responsabilidade governamental por meio de enunciados como “vamos ter fé” (desvio pela religião); “Excelente notícia” (assumindo os dados como verdadeiros).

A necropolítica como condição sócio-histórica de produção para discursos sobre a covid-19 no contexto da internet

Quanto vale uma vida humana? A resposta imediata para a maioria será “muito”. Contudo, ao agregar a noção de vida a de-

terminado cenário, notamos que a construção de opiniões divergir. Assim, ao dizer “vida humana” há muito valor, mas ao dizer “vida de um sujeito perverso” o valor inicial tende a esvaziar-se, no senso comum. Não é difícil, desse modo, entender que a noção valorativa para a vida humana depende do contexto moral em que essa vida se organiza. Por conseguinte, podemos dizer, sem susto, que há vidas humanas mais valiosas do que outras. A construção do enunciado “vida humana” é marcada por uma negociação de efeitos de sentido baseada em sistema valorativo positivo. Ou seja, para a maioria é inestimável o valor de uma “vida humana”, dados os efeitos de sentido que emanam de enunciados positivos, especialmente porque os coenunciadores são compreendidos como similares e tendem a aderir a essa primeira possibilidade de aceção. Ao passo que “vida de um sujeito perverso” é associada a uma alteridade, ao Outro, àquele cuja vida tem menos valor. Ou seja, os efeitos de sentido do qualificador “perverso” têm maior potencial valorativo negativo do que os do qualificado vida humana, e os coenunciadores tendem a aderir ao enunciado não mais por se integrarem ao sentido, mas por adesão ao posicionamento em relação à perversidade. Nessa bipolaridade pautam-se muitos processos de enunciação durante a pandemia, os quais também favorecem a manutenção de ações políticas, que não contribuem para a sobrevivência da população, particularmente da parcela mais carente, contribuindo para o sistema necropolítico de poder.

Nesta seção, apresentamos a noção de necropolítica como potencial fonte de emergência de negociação de efeitos de sentido, capaz de instruir o direito de viver, qualificado como política de estado (Mbembe, 2020). A necropolítica, noção apresentada por Mbembe (2020), reconfigura a noção de biopoder de Foucault (2008). Nela, a investigação histórica revelou que diferentes conjunturas sociopolíticas compreendem o poder, a partir de uma lógica predeterminada. Essa constatação desassocia a ideia de poder

do Estado da ideia de natureza, difundida no senso comum. Por outras palavras, o poder exercido por uma lógica do Estado está associado a uma ideia de poder natural, inegociável, imutável e etéreo. Assim, o biopoder é a ideia do poder orgânico, impregnado à vida. No entanto, não raro os Estados são formatados para exercer o interesse de grupos por meio do poder. Por isso, o poder é, em muitas ocasiões, exercido por meio da força e de imposições políticas capazes de amalgamar, com mais força, a biopolítica e o biopoder (Foucault, 2008).

Em certa medida, a ideia de necropolítica é a noção que entende que, quando a vida passa a ser um direito, ela se desconecta de certa condição humana, dando ao Estado o direito, inclusive, de matar. Esse direito é o que garante o estado de exceção, instrumento capaz de qualificar os sujeitos por meio do direito à vida, e alguns corpos são marcados pela garantia da morte. A construção de um Estado de exceção fará com que os sujeitos desejem pertencer ao grupo daqueles que têm direito à vida, nesse sentido exercendo uma tensão entre sujeitos (Eu x Outros).

A vida e a morte deixam de ser características somente biológicas e passam a ser uma negociação que pode ser valorada por meio de contextos de onde essas “vidas” se situam. São, assim, o trabalho, a moral, o grupo, elementos capazes de garantir ao Estado o direito à morte dos que não trabalham, dos que não têm moral e dos que não pertencem ao grupo. Para aqueles que se mantêm dentro do estereótipo estatal, a vida é a recompensa, independentemente da conjuntura, e é o que institui o poder e mantém o *status quo*. Àqueles que não pertencem ao bojo estatal, a morte é a sombra, a premissa, a constância, que não comove o primeiro grupo, uma vez que a morte passa a ser uma condição da existência das relações de poder entre os grupos.

O Estado passa a ser o mediador entre a vida e a morte, aplicando como política pública o direito à vida para alguns como um

poder orgânico. A consequência desse ato é a morte de maneira industrial como na Alemanha nazista, ou o sequestro de, pelo menos, 5 milhões de africanos para a América escravagista.

No cenário atual brasileiro, a necropolítica impõe-se a partir da inanição de políticas públicas capazes de frear as inúmeras mortes de sujeitos que não são considerados aptos à vida. Não é incomum que a esses brasileiros não se associe a expressão “vida humana”, mas “negros”, “periféricos”, “sujeitos da periferia”, “gente de comunidade” etc., fatos que permitiram que o presidente da XP investimentos dissesse sobre a covid-19: “O pico da doença já passou, quando a gente examina a classe média, a classe média alta. O desafio é que o Brasil é um país com muita comunidade, muita favela, o que acaba dificultando o processo todo” (Moura, 2020).

O registro jornalístico desse discurso e muitas ações estatais mostram como a necropolítica é instada na cisão entre um brasileiro que tem direito à vida e outro que se apresenta como problema, como aquele cuja morte, ainda que evitável, é justificada, é ignorada, ou até mesmo aceita de forma simplista. Baseadas em uma lógica de poder natural, as formações discursivas recaem sobre os sujeitos cujos corpos, ações e discursos produzem efeitos de sentido qualificadores ou desqualificadores, segundo uma ordem social que subverte o direito à existência.

A tensão criada por esse enfrentamento é capaz de atenuar os efeitos políticos dessas mortes pela comunidade, especialmente por aqueles membros que se imaginam como os que têm direito à vida ou que pertencem ao grupo prestigiado.

O efeito de sentido que se opera, desse modo, é que a morte é sempre de uma Alteridade abstrata, não do sujeito brasileiro. É o que mostramos por meio de números de quem vive e de quem morre registrados nos sites do Ministério da Saúde e da Secom.

Direitos humanos e necropolítica: uma análise de um cenário de interincompreensão

Deslizamentos (hiper)discursivos na composição de um quadro cênico para a interincompreensão

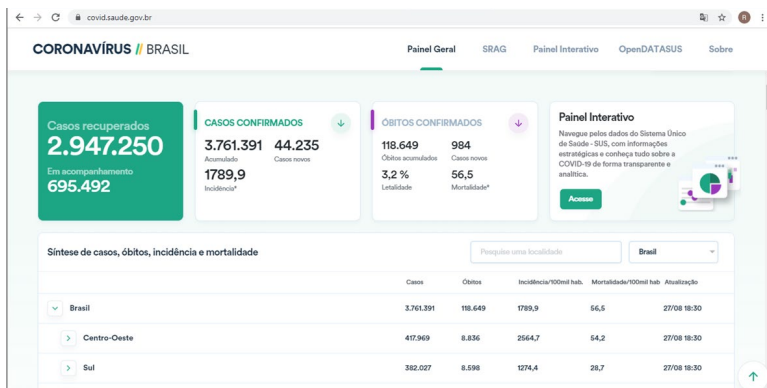


Figura 1 – Painel Coronavírus em 28/08/2020.

Fonte: Coronavírus Brasil (2025).

Na seleção das informações para composição do quadro cênico, ao analisarmos a imagem extraída do Ministério da Saúde como se fosse a construção de um hipersintagma, percebemos que a disposição numérica é argumentativa no sentido de favorecer e legitimar o discurso negacionista e os posicionamentos políticos de uma instância supostamente cidadã, que nega a existência da gravidade da doença e os mortos, uma vez que a informação em destaque diz respeito aos “Casos recuperados”. Além disso, os números aparecem maiores e levam os sujeitos a apreenderem a notícia da “cura”.

Na medida em que os números se estabelecem em sequência, há o apagamento do número de mortos confirmados, tanto pela diminuição da letra quanto pela seleção de cores e disposição dos números. Na verdade, a disposição dos números pode levar o

leitor cujo letramento matemático seja superficial a conceber que 2.947.250 (recuperados) é um número maior que 118.649 (óbitos), desconsiderando a proporcionalidade e não relacionando os últimos como vidas humanas. assim, números substituem vidas e sujeitos são apagados por um sistema que não as defende e não busca soluções realistas, mas reforça seu discurso no modo como informa de maneira superficial, confusa e estratégica.

Ademais, essa disposição pode ser analisada a partir do contraste de semas proposto por Maingueneau (2008), porque há um contraste de posicionamentos políticos na utilização desses números, que, inclusive, desconsideram as subnotificações e podem ser usados pelo Estado de acordo com os interesses políticos favorecendo aquilo que Mbembe (2020) chama de necropolítica. Há uma organização discursiva que leva os sujeitos à escolha de posicionamentos políticos. Para completar, ao lado dos números de óbitos há um *hiperlink* que indica o “Acesso ao Painel interativo”, destacando-se um elemento que igualmente induz a uma espécie de deslizamento discursivo, antes mesmo da compreensão da informação, aparentemente, linear. Todo o quadro cênico criado pela composição dos números, em vez de levar à compreensão do problema, não somente induz ao erro ou ao deslize de atenção como fortalece a bipolaridade entre enunciadore-políticos e a interincompreensão entre enunciadore e coenunciadore. Isso porque os dados aí apresentados podem compor diferentes enunciadore, seja a favor ou contra as medidas do governo, seja para a criação de notícias falsas, factoides ou falácias. A intercompreensão é reforçada e renovada pelos posicionamentos políticos.

A partir desses dados são criadore N gêneros de circulação social, sobretudo nas redes sociais, nos quais os números funcionam como argumentore e dialogam com as condições sócio-históricas.

Nesse quadro cênico, a interincompreensão não se dá de modo direto, mas por meio da interdiscursividade entre o discurso político dos sujeitos, ou seja, entre o enunciadore-político, que

distribui esses dados para reiterar seus argumentos e tentar uma adesão, e os sujeitos-leitores desses argumentos, que participam como coenunciadores.

A utilização desses dados em outros gêneros funciona como argumento de valor extraído de fonte que deveria ser segura, contudo, em sua recepção, os efeitos de sentido e a forma de compreensão desse discurso vão depender do nível de letramento crítico e matemático, bem como dos posicionamentos políticos e de muitos outros posicionamentos que, ao ofuscar a desumanização dos números, favorecem a ampliação de mortes e impedem ações que ajudem comunidades carentes e sujeitos mais vulneráveis à doença.

Desse modo, os números podem adquirir valor pseudocientífico e essencialmente gerar contradição e interincompreensões estabelecidas por interditos nem sempre lógicos, porque são quase sempre utilizados para que o enunciador portador da notícia adquira, ou se atribua, o *status* de “cidadão consciente e politizado”, “pai de família informado”, aquele que fala a partir de um argumento de “valor”. Assim, a interdiscursividade sustenta a interincompreensão, que, por sua vez, contribui com a necropolítica estatal durante a pandemia.

Polifonia e carnavalização: números e (necro)discurso como esporte e como política

Nesta seção, analisamos recortes extraídos da página Secom-Vc (canal da Secretaria de Comunicação do Governo Federal no Facebook). Partimos de vinte recortes, que foram analisados, e, dentre eles, selecionamos os primeiros, porque identificamos um paralelismo discursivo e semiótico como procedimento de reiteração e o estabelecimento de uma espécie de ritual de acompanhamento de resultados, como em placares esportivos ou na apuração de resultados de festividades carnavalescas.

Esses recortes são chamados de Placar da Vida e deveriam servir para informar sobre dados da pandemia de covid-19 no Brasil. O Placar da Vida utiliza números para construir uma imagem positiva das ações e posicionamentos do Governo Federal perante a pandemia.

Os números expostos compõem parte de enunciados, tais como “Brasileiros salvos” (doravante Bs), “Brasileiros em recuperação” (Br), “Número de recuperados” (Nr), “Infectados” (I), “Óbitos” (O). Cada uma dessas partes do enunciado representa uma seção de informação sobre a situação pandêmica no território nacional. São apresentadas como *ranking*, ou seja, os números são fator de comparação entre “países bem-sucedidos” na forma como o enunciador constrói o quadro cênico necessário ao gênero placar.



Figura 2 – Placar da Vida em 30/04/2020.

Fonte: SecomVc (2020).²

- 2 Foram analisadas todas as postagens feitas até o Ministério Público tirar do ar o placar. Seleccionamos vinte delas e, após análise, percebemos a mimese e o espelhamento das informações e dos semas. As alterações

O placar funciona como um lugar do dizer em que o discurso ali exposto tem também uma função política que atende ao lugar da governança (instância política), da opinião (instância cidadã) e da mídia (instância midiática), conforme já citados estudos de Charaudeau (2008).

No Placar da Vida dá-se destaque para o Bs, a seção em maior dimensão. A seção com menos destaque é O. Em Bs, o número refere-se aos brasileiros que foram curados da doença; assim, quanto maior o número de contágios, maior será o número de Bs. Logo, mais uma vez temos uma fonte de dados em que os óbitos são ignorados, os sujeitos são apagados e há a manutenção da interincompreensão, uma vez que dialoga com o posicionamento político imposto por negacionistas e apoiadores do governo que insistem em destacar os cidadãos que se salvaram em detrimento do número de mortos.

As marcas enunciativas, incluindo a seleção lexical, optam também por um valor positivo para a composição da imagem de ações executadas pelo Governo Federal que reforçam os efeitos de sentido desejados para a adesão a esse discurso, em que o governo seria uma espécie de salvador. Prova disso é a seleção do sema Bs em vez de “brasileiros curados”, pois evoca a ideia de “salvo por alguém”. O sentido dicionarizado da palavra “salvo” é “não atingido; resguardado, preservado, intacto”, o que não parece ser o caso; não se trata de sujeito a salvo, mas de Bs.

A lógica do Placar da Vida instaura a possibilidade do efeito “quanto pior, melhor” para o enunciator-político, pois, quanto mais brasileiros infectados pela doença, maior será o número de

de cores e numéricas seguem a mesma lógica discursiva; assim, optamos por focar os comentários que ressaltam o poder discursivo dos números como suporte para a interincompreensão.

Bs, Br, Nr. Evidentemente, os números de I e O também aumentarão, mas os números de O são utilizados de maneira proporcional, não absoluta, como nos demais casos. Desse modo, enquanto em Bs o Brasil ocupa a segunda posição, em O, o país ocupa a segunda, gerando a ideia de que estamos em boas colocações em semas positivos e em má colocação em semas negativos, reiterando a interincompreensão. Assim, mais uma vez os dados são utilizados a favor de uma imagem que nega as vidas humanas apagadas pelos números.

A organização do placar evoca inúmeros efeitos de sentido do universo futebolístico, reconhecidamente divulgados e tratados pela indústria da cultura de massa como representativos do *ethos* brasileiro. Entre eles está a utilização das cores, que, em todos os quadros, limitam-se à cartela da bandeira do Brasil, símbolo nacional amplamente divulgado em eventos esportivos, especialmente de futebol. Essa simbologia nacionalista também é carregada de posicionamentos políticos, uma vez que as cores nacionais foram amplamente exploradas pela direita nas últimas eleições, transformando o pleito em espetáculo e convertendo as cores nacionais em elemento político sêmico de contrastes: os nacionalistas (representados por essas cores) e a esquerda (representada, quase sempre, pela cor vermelha, por associação ao comunismo), haja vista o *slogan* “Nossa bandeira nunca será vermelha”. Ou seja, além da forma como os números se apresentam no placar, induzindo a uma compreensão específica, determinada e atravessada por outros discursos politicamente demarcados, também os aspectos semióticos relacionam-se aos sujeitos políticos e a seus posicionamentos.

Dessa forma, a disposição de cores dá aos aspectos semiótico-discursivos caráter político ideologicamente demarcado e se transforma em elemento polifônico, uma vez que, na concepção de Bakhtin (1997a), a multiplicidade de vozes traz para o dizer uma heterogeneidade que resgata o que já foi dito e influencia os

efeitos de sentidos dentro do processo de enunciação. Essa disposição atua para reforçar a adesão ao discurso desse enunciador com determinada formação discursiva e um grupo social.

Além disso, a dêixis discursiva revela o dialogismo inapropriado com o universo do desporto como se fosse um placar de apostas. Embora o enunciado, por meio da utilização de números e da responsabilidade enunciativa, seja de texto informativo – afinal, trata-se de um órgão de imprensa pública –, vê-se a clara propaganda pró-Estado, que tende a utilizar os números de modo a constituir uma imagem positiva de um grupo associado ao posicionamento do Governo Federal. O sujeito responsável pelo seu dizer cria, nas palavras de Bakhtin (1997b), uma atitude responsiva no outro; assim, é de responsabilidade mútua aderir e propagar (ou não) esse dizer.

A cena de enunciação remete a uma espécie de espetáculo esportivo entre “torcidas”, como é feito em grandes torneios como a Copa do Mundo, gerando um efeito carnavalesco. Cria-se uma espécie de carnavalização³ da cura, pois o placar parece um rito político, que tenta imprimir caráter científico aos seus dados, mas, novamente, tal estratégia desliza do discurso tópico e lógico para induzir à polêmica e para manter o eleitorado por meio dos contrastes sêmico-discursivos e da interincompreensão.

Os semas Bs, Br e Nr ocupam um espaço de destaque em todos os recortes. Essas seções corroboram e evidenciam a formação discursiva de onde deriva o enunciado todo, que é a que percebe diretrizes sanitárias adotadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como alarmismo e exagero, uma vez que, numericamente, os resultados são positivos.

3 Não tomamos aqui o conceito de carnavalização em sua profundidade como análise de produções discursivas populares demarcadas socialmente, mas o assumimos por comparação, uma vez que se institui uma espécie de ritual macabro em prol de comemorações.

No entanto, a exposição, seleção e colocação dos números no discurso analisado são composições argumentativas, arroladas para defender um posicionamento marcado matematicamente e traduzir o contrário como alarmismo e exagero no cuidado sanitário.

Vimos no Placar da Vida (Figura 2) estratégias recorrentes na construção de um cenário de aparência científica, no qual se valorizam os sobreviventes enquanto se apagam as mortes, de sorte que o resgate das informações nos diferentes placares cria um paralelismo discursivo e um dialogismo imposto para sustentar e levar à adesão das informações por parte dos coenunciadores. As vozes sociais evocadas reiteram posicionamentos ideologicamente demarcados como positivistas, tradicionais, radicais e fundamentalistas ao usar as cores nacionais e os lemas do governo.



Figura 3 – Placar da Vida em 01/07/2020: paralelismo discursivo.

Fonte: SecomVc (2020).

É interessante notar que a presença numérica confronta os participantes, cria um rito, uma aparente carnavalização, na qual grupos que buscam essa informação e acatam esses posiciona-

mentos se sentem acolhidos, creem na veracidade dos números e apagam da relação enunciativa qualquer marca temporal, pois, mesmo depois de ser proibido, o placar segue sendo comentado como se fosse atual. Os sujeitos ignoram a relação tempo-espaco-pessoa e instituem a relação número-espaco-apagamento de sujeitos (empíricos, sociais, simbólicos e enunciativos). A seguir aplicamos ao placar nosso quadro geral de análise, adaptado a partir da leitura de Maingueneau (2008).

Quadro 3 – Pressupostos teóricos: números como argumentos x processo enunciativo x sujeitos agentes

Negacionistas (+/-)	Reacionistas (+/-)
Semas obtidos pelas operações	Semas obtidos pelas operações
Deslizamentos e apagamentos discursivos	Espaço de negociações reflexivas

Fonte: elaborado pelos autores.

Temos a seguinte análise global:

Quadro 4 – Aplicação analítica: Placar da Vida

Negacionistas (+/-)	Reacionistas (+/-)
+ Ênfase na cura; Crença inquestionável nos números; Números como argumentos para outros dizeres; Crença em tudo que o governo diz e faz; Aceitação do placar como ritual de comemoração de cura; Argumentos pautados em crenças religiosas;	+ Ênfase na busca por ações governamentais que levem à contenção da doença; Questionamento dos números e da necessidade de um placar; Indignação em relação ao governo; Negação e questionamento dos dados do placar; Busca de outras fontes para contestar; Argumentos pautados em crenças científicas e políticas;

Negacionistas (+/-)	Reacionistas (+/-)
Toda construção do placar funciona como um deslizamento discursivo, cujo intuito é polemizar e apagar a relação entre números e vidas humanas, banalizando o percentual de mortos em relação ao número total da população brasileira.	Não há espaços efetivos de negociações reflexivas. Os comentários ao placar retomam argumentos superficiais utilizados pelo governo ou lançam questionamentos sem muita discussão.

Fonte: elaborado pelos autores.

Interincompreensão e polêmica: os números que não foram lidos

Diante do quadro geral de análise global do placar, os comentários denotam posicionamentos demarcados, e, de forma intrigante, ambos os lados apagam o ato de que não se trata de meros números, mas de seres humanos.

Os quadros de análise mostram que a distinção entre os dois grupos não é aleatória, mas interdependente. De um lado, os reacionários, ironicamente, fixam-se à formação discursiva política para traduzir o Outro como quem faz política ao gerar alarmismo. Do outro, os reacionistas fixam-se à ciência de modo que traduzem os reacionários como políticos apenas. Desse modo, acabam também por fazer da política estratégia que revela a relação de semas discursivos apontados anteriormente por Maingueneau (2008).

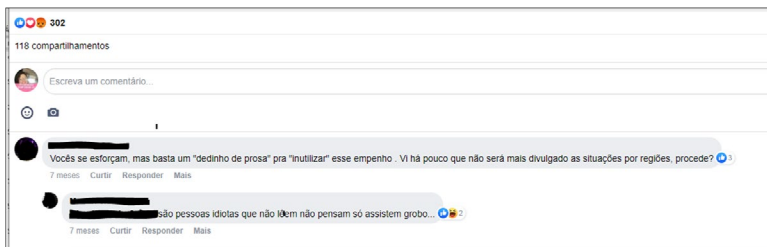
Esse modo de enunciar por meio da interincompreensão tem sido monitorado por analistas do discurso. Maingueneau (2020)

afirma, sobre os atores imersos nas duas formas de enunciar mencionadas, que

[...] se acreditamos nos atores, a fronteira é estreita entre esses dois discursos. Do lado dos acadêmicos, a posição oficial é que não se deve deixar contaminar por imperativos políticos, que a verdadeira ciência é autônoma; do lado dos políticos, não se para de afirmar que a ciência não deve ditar suas vontades à política, que a tecnocracia é perigosa para a democracia. Na realidade, como a sociologia da ciência demonstrou abundantemente, entre esses dois mundos as interferências são constantes e se tornam particularmente visíveis com a covid-19. (Maingueneau, 2020, p. 6)

A interincompreensão é agravada pelo uso dos números em enunciados que, como mostramos, não têm valor em si, mas adquirem uma aparência de valor e, de forma heterogênea, reforçam a polifonia das vozes sociais. A orientação enunciativa apresentada no Placar da Vida serve ao enunciador como força de deslegitimação do adversário político. Ao acusar, indiretamente, o Outro de fazer política, o enunciador no Placar da Vida acusa o Outro daquilo que faz.

Assim, os números aparecem para agravar, num só golpe, a tradução ruim do Outro e legitimar a imagem do enunciador como o grupo que está “vencendo” a covid-19. No entanto, os reacionários apoiam-se na ciência ao marcar quando enunciam a fonte de extração dos dados em todos os recortes, e, ao analisar como foro de especialista os dados apresentados, instituem atos de fala que servem como mantenedores da polêmica.



**Figura 4 – Comentários na página do Placar da Vida:
exemplos de interincompreensão.**

Fonte: SecomVc (2020).

Nos comentários deixados ao lado do Placar, notamos a ruptura da sequência lógico-enunciativa causada por enunciados nitidamente deletados ou por sequências resgatadas nos dizeres dos interlocutores “aceitos” no “diálogo”. Esse fato denota não somente que a interincompreensão se mantém, mas também que ela sustenta e reproduz uma atitude antidemocrática, que promove a censura e o apagamento de sujeitos e ideias, pois é a interincompreensão que mantém a polêmica, conforme assinalamos anteriormente a respeito do pensamento de Amossy (2017). Verificamos, dessa forma, no quadro enunciativo, que a polêmica que mantém o atual governo e suas ações em relação à pandemia atravessa interdiscursivamente os processos enunciativos relativos aos números, fortalecendo a interincompreensão e simultaneamente mantendo-a.

Transcrição de excertos dos diálogos nos comentários in verbis

SecomVc Mais de 34 mil brasileiros curados da covid-19. Até as 14h desta quarta-feira (29), foram registrados no Brasil 78.162 casos da doença e 38.564 seguem em acompanhamento. O Governo Federal segue empenhado nas ações para que um maior número de vidas possa ser salvas diariamente.

Enunciador 1 – E1 – Vocês se esforçam, mas basta um “dedinho de prosa” pra “inutilizar” esse empenho. Vi há pouco que não será mais divulgado as situações por regiões, procede?

E2 – E1, são pessoas idiotas que não leem não pensam só assistem grobo...

SecomVc – Cuidado com o que *you* lê por aí, isso é *fake news*. Levar informação para o povo com transparência é compromisso do Governo Federal. O painel do portal Ministério da Saúde é atualizado diariamente com informações sobre novos casos do coronavírus em todos os estados e regiões do Brasil. Confere lá: covid.saude.gov.br.

E3 – SecomVc *FAKENEWS É O GOVERNO GENOCIDA DOS BOLSONA-ROS FAMILICIA. DIVULGUE O SALDO DE MORTOS DE COVID19.*

E3 – Veja o *saldo de mortes* com outras doenças esse ano no Brasil, dengue, coração, câncer, etc.... *passa de 170.000 mortos e ninguém reclama* ou se preocupa? veja nas postagens ai embaixo essa tabela;;; (??)

E4 – SecomVc fake News é com os irmãos Metralha e o pai deles

E5 – E3 pra quê? Tu ã ver na Globo diariamente? Ainda que ver mais? Tem que anuciar os vivos pq os mortos já passa lá.

E6 – 5471 mortos é só usar a MATEMÁTICA.

E7 – SecomVc Já *caminhei* um pouco nessa estrada da vida... qdo criança meus queridos pais sensibilizados com apelo dos políticos, atenderam solidariamente à campanha “doe ouro para o Brasil”. Doaram o que tinham, as alianças... e pra onde foi toda arrecadação? Saúde? Estradas? Pra onde...? Assim como a CPMF, custeio para Saúde? Previdência? Erradicação da pobreza??? Então fica a pergunta: onde devemos procurar as informações precisas e corretas? Continuo me sentindo enganada envolta por “fake news” que não consigo me desvencilhar... triste! Nosso País e o povo merecem comprometimentos dignos!!!

E8 – Nesse período quantos morreram de dengue? De enfarto? De câncer? De gripe? Muito, mas muito mais que esses números da covid...

E9 – Excelente notícia

E10 – E8, a mortes tem que ser ignorada ne mortes mostra o fracaso do governo ne

E11 – Vcs acham poucos mortes? Vcs acham que essas pessoas que estão sendo infectadas exponencialmente estão correndo cada vez mais risco. Acordem!

E12 – “Ninguém fica para trás” fala isso para os mortos

E13 – RESFRIADINHO MATANDO 500 PESSOAS/DIA

E14 – Eu mudaria esse título “PLACAR DA VIDA”. Não trata-se uma competição.

E15 – Não se morre mais de outra coisa! Vai dar tudo certo, na fé [...]

O “conteúdo ativo”, assim, mantém os embates entre um Eu (com estatuto Negacionista/Apoiador irredutível do governo) e um Outro (com estatuto Reacionista/opositor do governo/apoiador da Ciência). Os discursos políticos que circulam na sociedade consolidam as identidades dos sujeitos/coenunciadores, seguidores do governo, fato evidenciado pelo resgate de lemas governamentais como, em SecomVc, “Levar informação para o povo com transparência é compromisso do Governo Federal”. O termo “transparência” imprime a aparência de compreensão, mas funciona como elemento da interincompreensão, uma vez que a própria existência de uma página institucional, que não pertence ao Ministério da Saúde e tem autorização para criar o placar por meio de números, cuja lógica estatístico-matemática não é dominada por seus leitores, já identifica ausências de transparência, contraponto que mantém tanto a interincompreensão quanto a polêmica.

Os enunciadores tentam conseguir a adesão uns dos outros por meio de argumentos pseudomatemáticos, usando enunciados como em E3 e E6. Contudo, dizer que é “... só usar a MATEMÁTICA” também revela a ignorância do próprio enunciador com relação à aplicação dos percentuais por região e aos percentuais estatísticos, que não se dão somente por regra de três, mas por uma lógica que prevê percentual por grupos relacionados somente à covid, pois outras doenças podem ser acessadas nos sites do

governo e somadas ao total apurado. Observamos que tanto reacionistas quanto negacionistas (os poucos mantidos nos comentários) negam as subnotificações ou não as usam como argumento. Supomos que os enunciados apagados, além de provocar o confronto, provavelmente também traziam dados mais palpáveis.

E8 e E10, em seus enunciados, associam as mortes ao fracasso do governo e demonstram que entre esses sujeitos (Eu e Outro) há o NINGUÉM, a não pessoa, cuja marca dêitica aqui se associa aos sujeitos esquecidos pelo sistema que morreram e ainda estão morrendo. “Ninguém” não apresenta um vazio discursivo semântico, uma vez que é a população das periferias que está morrendo. Assim, a necropolítica se institui, e direitos humanos básicos de proteção de vulneráveis por meio de ações políticas não são atendidos.

Desse modo, ao debater nesse cenário de competição mortal disfarçada de “comemoração pela vida”, o lugar político e o lugar do dizer se entremeiam no discurso político e na polêmica estabelecidos de modo a promover a instância política, a cidadã e a midiática, conforme Charaudeau (2008). A interdiscursividade e ironia presentes em E13 e E14 tentam tomar para si a voz cidadã crítica, contudo não há um equilíbrio ou uma tradução de pensamentos e ideias que consiga romper a interincompreensão e os semas de oposição.

Em E7 ocorre o que denominamos, neste capítulo, deslizamento discursivo, pois o enunciator tenta comover, usa a estratégia retórica da narrativa pessoal, a fim de conseguir a adesão e de tentar instituir um *ethos* comprometido com a sociedade. No entanto, o que realmente impera é a necessidade de manipular e de opinar a qualquer custo, mesmo sem argumentos plausíveis; assim, tanto o placar quanto o processo de interação gerado por ele demonstram um vazio existencial e ético nesse grupo social que não consegue perceber que enumerar é apagar vidas humanas.

O apagamento dos sujeitos transformados em números em um placar e os posicionamentos dos coenunciadores revelam aqui

que, ao adotarem o ponto de vista proposto como uma postura “cidadã”, aderem a um estatuto ideologicamente demarcado; logo, aderem à necropolítica de um Estado que não apresentou ações para contemplar os mais pobres.

Considerações finais

A presença de números nas esferas sociais como dados estatísticos para temáticas variadas que circulam na mídia em geral nem sempre pode ser considerada, com a devida atenção, elemento formador de opinião, dado científico ou dado discursivo na realidade brasileira.

Este capítulo comprovou, em sua análise, que o quadro cênico construído no Placar da Vida, somado às informações do *site* do Ministério da Saúde, criava uma ritualização, uma alegoria de “torcida”, uma espécie de carnavalização em que os coenunciadores, que aderiam ao discurso, comemorando somente os sobreviventes, e anulam os mortos. Assim, sujeitos empíricos tornam-se apenas números desconsiderados, fato que corrobora as ações de um sistema necropolítico. Toda a cena apresenta marcas dêiticas e semas de oposição, que sustentam os posicionamentos políticos acionados diretamente ou interdiscursivamente. Há no dizer dos enunciadores estratégias desviantes, em que deslizamentos discursivos não permitem um diálogo democrático com argumentos equilibrados e inteligentes.

Também constatamos que há um apagamento discursivo literal por meio de censuras a postagens feitas por opositoristas: enquanto discutiam de forma superficial e frívola, o número de mortes alcançava a marca de 172.561 pessoas na ocasião da primeira versão escrita do trabalho, em 2021. Todo o quadro tem como função manter o estatuto de poder de verdade que o governo tenta

impor para seus seguidores e consegue. O fato de apresentarem em seus atos de fala ações responsivas que não subtraem a interincompreensão apenas mantém os semas, que se opõem e dialogam socialmente com a bipolaridade política e não apresentam ações que possam atingir os mais vulneráveis.

Por fim, verificamos que a falta de letramento político e matemático pode levar sujeitos que entram na polêmica a apresentarem opiniões vazias. Essa polêmica apresentada na página fortalece as ações genocidas do governo, que, ao negar os mortos, nega também direitos básicos de atendimento à saúde e à manutenção da vida.

Referências

- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2020. Café Contexto. [Live]. Disponível em: <https://www.facebook.com/236126903078025/videos/265992074472764/>. Acesso em: 16 jun. 2020.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2008.
- BAKHTIN, Mikhail M. *Estética da criação verbal*. 2. ed. Tradução M. H. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1997a.
- BAKHTIN, Mikhail M. *Hacia una filosofía del acto ético*: de los borradores y otros escritos. Tradução e notas Tatiana Bubnova. Barcelona: Anthropos: EDUPR, 1997b.
- BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin*: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2008.
- BRAIT, Beth. *Bakhtin*: dialogismo e construção do sentido. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- BRAIT, Beth. *Bakhtin, dialogismo e polifonia*. São Paulo: Contexto, 2009.
- CORONAVÍRUS BRASIL. *Painel Coronavírus*. 2025. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 1 mar. 2026.
- DOMINIQUE Maingueneau: A análise do discurso e a crise do Coronavírus [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (1h42min45s). Publicado no site Abralín ao Vivo. [Live]. Disponível em: <https://aovivo.abralin.org/lives/dominique-maingueneau/>. Acesso em: 25 maio 2026.

- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. 2. ed. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MAINGUENEAU, Dominique. Resposta ao medo. *Revista Linguagem*, São Carlos, v. 35, Dossiê Discurso em Tempos de Pandemia, p. 1-17, set. 2020.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2020.
- MOURA, Julia. Pico de covid-19 nas classes altas já passou; o desafio é que o Brasil tem muita favela, diz presidente da XP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 5 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/brasil-esta-indo-bem-no-controle-do-coronavirus-e-pico-nas-classes-altas-ja-passou-diz-presidente-da-xp.shtml>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- PINHEIRO, Clemilton Lopes; AMOSSY, Ruth. A interação polêmica: entrevista com Ruth Amossy. *Calidoscópio*, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 355-358, 2018. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2018.162.16>. Acesso em: 24 maio 2026.
- REALE, Giovanni. *História da filosofia antiga*. São Paulo: Loyola, 1993.
- SecomVc (canal da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República). *Placar da Vida – 30 de abril de 2020*. [Post]. Facebook, 30 abr. 2020. Disponível em: https://m.facebook.com/photo.php?fbid=245457356809547&id=102729284415689&set=a.118191972869420&refid=13&__tn__=%2B%3D. Acesso em: 10 fev. 2025.
- SIKKINK, Kathryn. Protagonismo da América Latina em direitos humanos. *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 12, n. 22, 2015. Disponível em: <https://sur.conectas.org/protagonismo-da-america-latina-em-direitos-humanos/>. Acesso em: 28 maio 2019.
- SOBRAL, Adail. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-35.
- VAN DIJK, Teun. Análise do discurso em tempos de pandemia. In: LEE-DiM/UFSCAR/2020. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?v=2578311272486046&ref=watch_permalink. Acesso em: 22 maio 2020.